

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	7
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	8
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	9
10.5 - Políticas contábeis críticas	10
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	11
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	12
10.8 - Plano de Negócios	13
10.9 - Outros fatores com influência relevante	14

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Considerando que a Companhia não possui atividade operacional, o único risco de mercado que a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros, uma vez que os seus recursos financeiros estão aplicados em fundos de renda fixa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:
<p>a. riscos para os quais se busca proteção:</p> <p>Diante da falta de atividade operacional, a Administração entende que não existem riscos significantes a serem controlados e mitigados.</p>
<p>b. estratégia de proteção patrimonial (hedge):</p> <p>Diante da falta de atividade operacional, a Companhia não possui estratégia de proteção patrimonial.</p>
<p>c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge):</p> <p>Diante da falta de atividade operacional, a Companhia não utiliza instrumentos de proteção patrimonial.</p>
<p>d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:</p> <p>Diante da falta de atividade operacional, a Administração entende que não existem riscos significantes a serem controlados e mitigados.</p>
<p>e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos:</p> <p>A Companhia não transaciona com instrumentos financeiros derivativos.</p>
<p>f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos:</p> <p>Diante da falta de atividade operacional, não foi implementada uma estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.</p>
<p>g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada:</p> <p>Diante da falta de atividade operacional, não foi elaborada política de gerenciamento de risco de mercado.</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

Não houve alteração significativa na composição dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, se comparado ao último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não existem informações relevantes adicionais a serem divulgadas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. Comentário dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A companhia não desenvolveu qualquer tipo de atividade operacional em 2014. A companhia não possui dívidas com terceiros e suas necessidades de capital de giro são supridas por aportes de capital de seus acionistas.

Houveram dois aportes de capital no ano de 2012, aumentando o Patrimônio Líquido da Companhia em R\$ 155.000,00. Novamente a empresa não desenvolveu qualquer tipo de atividade operacional neste período.

Houve um aporte de capital no ano de 2014, aumentando o Patrimônio Líquido da Companhia em R\$ 100.000,00. Novamente a empresa não desenvolveu qualquer tipo de atividade operacional neste período.

A companhia não possui dívidas com terceiros e suas necessidades de capital de giro são supridas por aportes de capital de seus acionistas.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. Hipóteses de resgate

Não se aplica, pois não há programa de resgate de ações.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, pois não há programa de resgate de ações.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A companhia não possui atividade operacional e não se encontra em fase de novos investimentos. Suas necessidades de capital de giro são supridas por aportes de capital dos acionistas. A companhia não possui dívidas com terceiros, inclusive eventuais débitos fiscais e trabalhistas.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente, a principal fonte de recursos é através de aporte de capital dos acionistas.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As necessidades de capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes serão supridas, quando aplicável, por aportes dos acionistas.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Não se aplica em razão da companhia não possuir qualquer dívida com terceiros.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não há contratos celebrados.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há contratos celebrados.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica em razão da companhia não possuir qualquer dívida com terceiros.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há restrições impostas à companhia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica em razão da companhia não possuir qualquer dívida com terceiros.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em R\$	2014	2013	2012
Ativo Circulante	19.817	13.427	95.729
Ativo Não circulante	-	-	-
Total do Ativo	19.817	13.427	95.729
Passivo Circulante	37	1.742	1.592
Passivo Não circulante	-	-	-
Patrimônio Líquido	19.780	11.685	94.137
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	19.817	13.427	95.729
Receitas Financeiras	4.001	2.732	3.719
Despesas Tributárias	-6.886	-6.431	-20.344
Despesas Administrativas	-89.020	-78.753	-64.809
Outras Receitas operacionais	-	-	-
Prejuízo do Exercício	-91.905	-82.452	-82.434

Os prejuízos dos exercícios findos em 2014, 2013 e 2012 referem-se principalmente aos gastos para a manutenção da companhia.

O capital social está representado por 51.378.324 ações ordinárias (41.378.324 em 31.12.2013), sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R\$2.000.000.000 (dois bilhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração.

A Assembleia Geral Extraordinária de 23 de janeiro de 2012, aprovou o aumento do capital social em R\$ 80.000, mediante a emissão privada de 80.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 1 por ação, passando o capital social de R\$ 3.096.000 para R\$ 3.176.000.

A Assembleia Geral Extraordinária aprovou outro aumento de capital no dia 11 de dezembro de 2012 em R\$75.000, mediante a emissão de 7.500.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 0,01 por ação, passando o capital social de R\$ 3.176.000 para R\$ 3.251.000.

A Assembleia Geral Extraordinária de 12 de março de 2014, aprovou o aumento do capital social em R\$ 100.000 mediante a emissão privada de 10.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 0,01 por ação, passando o capital social de R\$ 3.251.000 para R\$ 3.351.000 .

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Os diretores devem comentar^{1 2}:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da companhia é composta de receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras e variações monetárias sobre impostos a compensar.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional é composto basicamente por despesas administrativas referentes à manutenção da companhia. Portanto, não houve fatores que influenciasse de forma significativa o resultado.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não há impactos diretos por não haver atividades operacionais.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não há impactos diretos por não haver atividades operacionais.

¹Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

² Sempre que possível, os diretores devem comentar também neste campo sobre as principais tendências conhecidas, incertezas, compromissos ou eventos que possam ter um efeito relevante nas condições financeiras e patrimoniais do emissor, e em especial, em seu resultado, sua receita, sua lucratividade, e nas condições e disponibilidade de fontes de financiamento.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alienação ou introdução de segmento operacional no exercício.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não existiram eventos ou operações não usuais com efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Os diretores devem comentar¹:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e de acordo também com as normas internacionais de relatórios financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

a.1 Pronunciamento Novo e Lei 12.973

Pronunciamento do IFRS que ainda não está em vigor:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, com o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, a qual é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia optou em não antecipar a adoção e não espera efeitos relevantes. Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final do IFRS 9 com vigência para os períodos anuais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018.

Lei 12.973

A conversão em Lei 12.973 de 13 de maio de 2014, da então Medida Provisória nº 627, trata dos efeitos da extinção do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com possibilidade de opção antecipada para o exercício de 2014.

A Administração da Companhia procedeu à análise dos principais impactos da Lei 12.973 e concluiu que a antecipação de seus efeitos para 2014 não trariam impactos em suas demonstrações contábeis e assim decidiu não antecipar os seus efeitos para 2014 conforme a Lei faculta.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica pois não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer do auditor contém a seguinte ênfase: As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia, que, entretanto, não vem exercendo na sua plenitude, as atividades operacionais constantes em seu objeto social. A administração vem aportando recursos de forma recorrente visando absorver os prejuízos apurados. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

b. Tributos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

c. Passivo circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

d. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 mil ano ou R\$ 20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real.

e. Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

f. Estimativas contábeis

A elaboração das informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

g. Demonstração do valor adicionado

A Companhia incluiu na divulgação das suas informações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos adotados pela Companhia asseguram grau de eficiência adequado ao porte da mesma para a elaboração de demonstrações financeiras que representam da melhor forma, a sua situação patrimonial, financeira e econômica, dentro das práticas contábeis exigidas pela legislação em vigor, sendo dessa forma suficientemente confiável para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve qualquer recomendação da auditoria.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar¹:**

Não se aplica em razão do emissor não ter realizado oferta pública nos últimos 5 (cinco) anos.

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica em razão do emissor não ter realizado oferta pública nos últimos 5 (cinco) anos.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica em razão do emissor não ter realizado oferta pública nos últimos 5 (cinco) anos.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica em razão do emissor não ter realizado oferta pública nos últimos 5 (cinco) anos.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando¹:

do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iv. contratos de construção não terminada
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
 - vi. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A companhia não possui ativos e/ou passivos diretos e indiretos que não aparecem em suas demonstrações financeiras.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
Não se aplica em razão da companhia não possuir ativos e/ou passivos diretos e indiretos que não aparecem em suas demonstrações financeiras.
- b. natureza e o propósito da operação
Não se aplica em razão da companhia não possuir ativos e/ou passivos diretos e indiretos que não aparecem em suas demonstrações financeiras.
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação
Não se aplica em razão da companhia não possuir ativos e/ou passivos diretos e indiretos que não aparecem em suas demonstrações financeiras.